



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACABEZ

Fundação Municipal de Saúde

Pregão Presencial n.º 009/2023

Comissão	Fis.: 77
de	Rubrica: MR
Licitação	
Processo Nº	
Processo n.º 2023.099.000067-6-PR	
Data: 07/06/2023	

Pregão Presencial n.º 009/2023

Processo n.º 2023.099.000067-6-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado n.º 47 - Parque Santo Amaro, Telefone n.º (22) 98175-2073,** será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o n.º **009/2023** para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, Decreto Municipal n.º 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 17 de julho de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. **Integram este Edital, independentemente de transcrição:**

- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I**
- 1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II**
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII**

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de locação de tanques criogênicos com fornecimento de oxigênio líquido, locação de equipamentos de geração de ar comprimido medicinal e vácuo clínico com instalação e manutenção preventiva e corretiva de toda a rede de gases medicinais nas unidades pertencentes à Fundação Municipal de Saúde (FMS)**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

b. Procuração por instrumento público ou particular ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME ou EPP

5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123 as ME's e EPP's, as licitantes devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e cujo representante esteja presente na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

6.7- O licitante deverá apresentar dentro do envelope de proposta os documentos exigidos no item 6 do Termo de Referência - Anexo VIII (elaborado pela FMS).

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **“PROPOSTA” - “DOCUMENTAÇÃO”**.

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de “proposta” e “documentação”. Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Encerrado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI (se for o caso), em envelope

separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC n.º 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4. -Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei n.º 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 – Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 – A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 – Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 – Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1** deste Edital.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.19**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.14- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1- No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05**

(cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei n.º 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal n.º 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o

subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final vencido pela empresa.

8.3.4.1- Em que pese o disposto no subitem 8.3.1.1, na hipótese da comprovação ser realizada por meio de patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela

instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 7 do Termo de Referência - Anexo VII.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.14.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no serviço** objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.

10.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, correrá por conta do Programa de Trabalho 10.122.0095.2388 e pelas Naturezas de Despesas 339030 e 339039.

12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1.1- O prazo para a execução do objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses, de acordo com o item 11 do Termo de Referência.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço, a ser emitida pela FMS.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar o objeto nos locais definidos no item 17 do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da FMS para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Parque Santo Amaro - Campos dos Goytacazes/RJ, das 09 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 3.795.800,16 (três milhões, setecentos e noventa e cinco mil, oitocentos reais e dezesseis centavos).

16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, de forma parcelada, em moeda corrente nacional até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à **Fundação Municipal de Saúde**, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da FMS, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação Municipal de Saúde.

16.6- Caso a FMS efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **FMS** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço ofertado na licitação, será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato. Em caso de prorrogação do contrato o mesmo poderá ser reajustado com base no IPCA acumulado no período, após o decurso de 12 meses.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.


18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 07 de junho de 2023.


Arthur Borges Martins de Souza
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Dr. Arthur Borges Martins de Souza
Presidente da FMS
Mat.: 28634
Campos dos Goytacazes

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do Termo de Referência)	Quant	Unidade	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS (R\$)
01	Locação de 1 (um) Tanque Criogênico com capacidade de no mínimo 20.000m³ para Oxigênio Líquido Medicinal e um sistema de backup em tanque com autonomia de 12h ininterrupta de abastecimento - Local: Hospital Ferreira Machado	12	mês		
02	Locação de 1 (um) Tanque Criogênico com capacidade de no mínimo 15.000m³ para Oxigênio Líquido Medicinal e um sistema de backup em tanque com autonomia de 12h ininterrupta de abastecimento - Local: Hospital Geral de Guarus	12	mês		
03	Locação de 1 (um) Tanque Criogênico com capacidade de no mínimo 7.000m³ para Oxigênio Líquido Medicinal e um sistema de backup em tanque ou cilindro com autonomia de 12h ininterrupta de abastecimento - Local: Hospital São José	12	mês		
04	Locação de Sistema de Ar Medicinal duplex, cabinado acusticamente de capacidade mínima de 150 m³/h e com central reserva para cilindros de ar medicinal com autonomia de 8h ininterrupta, com manutenção do equipamento e reposição de peças e assistência técnica 24 horas 07 dias Locação de Sistema de Ar Medicinal duplex, cabinado acusticamente de capacidade mínima de 150 m³/h e com central reserva para cilindros de ar medicinal com autonomia de 8h ininterrupta, com manutenção do	12	mês		



Comissão Permanente de Licitação	Processo Nº
Fis.: 96	Rubrica: <i>ma</i>

Processo n.º 2023.099.000067-6-PR
Data: 07/06/2023

	equipamento e reposição de peças e assistência técnica 24 horas 07 dias na semana. Locação de Sistema de Vácuo Clínico Medicinal duplex, cabinado acusticamente, capacidade para 150 m³/h, com manutenção do equipamento, reposição de peças e assistência - Local: Hospital Ferreira Machado				
05	Locação de Sistema de Ar Medicinal duplex, cabinado acusticamente de capacidade mínima de 150 m³/h e com central reserva para cilindros de ar medicinal com autonomia de 8h ininterrupta, com manutenção do equipamento e reposição de peças e assistência técnica 24 horas 07 dias na semana. Locação de Sistema de Vácuo Clínico Medicinal duplex, cabinado acusticamente, capacidade para 150 m³/h, com manutenção do equipamento, reposição de peças e assistência - Local: Hospital Geral de Guarus	12	mês		
06	Hospital São José - Locação de Sistema de Ar Medicinal duplex, cabinado acusticamente de capacidade mínima de 50 m³/h e com central reserva para cilindros de ar medicinal com autonomia de 8h ininterrupta, com manutenção do equipamento e reposição de peças e assistência técnica 24 horas 07 dias na semana. Locação de Sistema de Vácuo Clínico Medicinal duplex, cabinado acusticamente, capacidade para 70 m³/h, com manutenção do equipamento, reposição de peças e assistência - Local: Hospital São José	12	mês		
07	Oxigênio Líquido Medicinal	780.000	rn³		

08	Manutenção Corretiva e Preventiva da rede de gases medicinais (Oxigênio, Ar comprimido medicinal e Vácuo clínico), com reposição de peças, materiais das redes de gases medicinais, incluindo todos os acessórios medicinais tais como: vacuômetro, fluxômetro, válvulas reguladoras e etc., ferramental e mão de obra especializada, possibilitando a total e plena utilização da rede de gases medicinais nas Unidades da Fundação Municipal de Saúde	12	mês		
Valor Total por extenso:					

Os preços apresentados consideram todas as exigências, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital de Pregão Presencial n.º 009/2023 e seus anexos, e ainda, todos custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial n.º 009/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

 Assinatura do Representante
 Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A FUNDAÇÃO
MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Rocha Leão n.º 02, Bairro Caju, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º 31.506.306/0001-48, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Ilustríssimo Presidente _____, nos termos do Decreto Municipal n.º 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2023**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2023.099.000067-6-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de locação de tanques criogênicos com fornecimento de oxigênio líquido, locação de equipamentos de geração de ar comprimido medicinal e vácuo clínico com instalação e manutenção preventiva e corretiva de toda a rede de gases medicinais nas unidades pertencentes à Fundação Municipal de Saúde (FMS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;



- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo n.º 2023.099.000067-6-PR e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital n.º 009/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.

- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, em parcelas mensais, após a realização do serviço, objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho _____ e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação, será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato. Em casos de prorrogação do contrato o mesmo poderá ser reajustado com base no IPCA acumulado no período, após o decurso de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa



graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;



k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo total para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão n.º **009/2023**, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º **2023.099.000067-6-PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Contratante:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada:

Testemunhas:

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula
de Identidade n.º e CPF sob o n.º
....., a participar da Licitação instaurada pela Fundação
Municipal de Saúde, na modalidade **PREGÃO n.º 009/2023**, suprarreferenciada, na
qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se
em nome da empresa
....., bem
como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua
interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2023.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão n.º 009/2023

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC n.º, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO N.º 009/2023**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo) DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão n.º 009/2023

.....(razão social do
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de
submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei n.º 10.520/02, **declarar** que
cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de
Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar
Federal n.º 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal n.º 8.768/17 e **não incide em
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar**, sendo
considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal n.º 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º
123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art.
34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2023.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**





PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS CARVALHOS

Fundação Municipal de Saúde

Pregão Presencial n.º 009/2023

Comissão Permanente de Licitação Profissionais	Fls.: 108
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

Processo n.º 2023.099.000067-6-PR

Data: 07/06/2023

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 109
	Rubrica:
Processo Nº	

1. DO OBJETO:

1.1. O presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 visa estabelecer os requisitos básicos norteadores para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE TANQUES CRIOGÊNICOS COM FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO LÍQUIDO, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL E VÁCUO CLÍNICO COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE TODA A REDE DE GASES MEDICINAIS NAS UNIDADES HOSPITALARES PERTENCENTES À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)**, através de procedimento licitatório na modalidade pregão presencial.

1.1.1. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma presencial, que será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme condições deste Termo de Referência

1.2. Todos os serviços contidos neste Termo de Referência, fornecimentos, seus equipamentos e acessórios bem como os sistemas reservas, deverão atender a Legislação específica, ou seja: ANVISA/RDC 50 de 21/02/2002, alterada pela RDC 307 de 14/11/2002 e ABNT/NBR 12.188.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de locação de equipamentos com fornecimento de Oxigênio Líquido se faz necessária para atender ao Hospital Ferreira Machado (HFM) e Hospital Geral de Guarús (HGG) e Hospital de São José (HSJ), desta forma assegurar a prestação de ampla assistência de Urgência e Emergência médica, ambulatorial, laboratorial e serviços correlatos, visando complementar a assistência à saúde oferecida aos usuários do Sistema Único de Saúde.

2.2. O oxigênio líquido é indispensável ao bom funcionamento de nossa Fundação, sendo certo, que sem o qual é impossível a prestação de determinados serviços médicos hospitalares.

2.3. A presente licitação tem por objetivo atender às normas da RDC – 50 ANVISA – ABUT NBR 12188 onde faz o apontamento da necessidade dos cuidados com as redes de gases medicinais. Para uma maior segurança na qualidade dos serviços disponibilizados e a todos que necessitam de atendimento, bem como reduzir os riscos de contaminação que possam estar presentes nas redes de gases medicinais, assim como, diminuir os riscos de parada da Rede de Gases Medicinais, com base no exposto acima, faz-se necessária à realização desta licitação, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços necessários de ampliação e manutenção corretiva de rede de gases, com fornecimento de ferramental, material, mão de obra capacitada, habilitada e especializada.

2.4. A manutenção preventiva e corretiva das centrais de Ar comprimido de Vácuo, objeto deste Termo de Referência têm como objetivo atender a necessidade de melhorar o funcionamento da central de Ar comprimido e central de Vácuo de forma adequada e segura não oferecendo riscos aos pacientes e nem aos funcionários do Hospital.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 110
Processo Nº	Rubrica: KJ

2.5. DA JUSTIFICATIVA MENOR PREÇO GLOBAL:

2.5.1. Optou-se pelo critério de julgamento menor preço global pois, desta forma, garantiria o bom funcionamento do fornecimento dos serviços e insumos, colaborando para a prevenção de danos aos pacientes devidos a possível existência de incompatibilidade entre os produtos. Embora sejam destinados a mesma especialidade, produtos devem ser compatíveis entre si, influenciando na eficácia e garantindo a segurança do paciente.

3. DO QUANTITATIVO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
01	Hospital Ferreira Machado - Locação de 1 (um) Tanque Criogênico com capacidade de no mínimo 20.000m³ para Oxigênio Líquido Medicinal e um sistema de backup em tanque com autonomia de 12h ininterrupta de abastecimento	01 unid.	12 meses.
02	Hospital Geral de Guarus - Locação de 1 (um) Tanque Criogênico com capacidade de no mínimo 15.000m³ para Oxigênio Líquido Medicinal e um sistema de backup em tanque com autonomia de 12h ininterrupta de abastecimento	01 unid.	12 meses.
03	Hospital São José - Locação de 1 (um) Tanque Criogênico com capacidade de no mínimo 7.000m³ para Oxigênio Líquido Medicinal e um sistema de backup em tanque ou cilindro com autonomia de 12h ininterrupta de abastecimento	01 unid.	12 meses.
04	Hospital Ferreira Machado - Locação de Sistema de Ar Medicinal duplex, cabinado acusticamente de capacidade mínima de 150 m³/h e com central reserva para cilindros de ar medicinal com autonomia de 8h ininterrupta, com manutenção do equipamento e reposição de peças e assistência técnica 24 horas 07 dias na semana. Locação de Sistema de Vácuo Clínico Medicinal duplex, cabinado acusticamente, capacidade para 150 m³/h, com manutenção do equipamento, reposição de peças e assistência	01 unid.	12 meses.
05	Hospital geral de Guarus - Locação de Sistema de Ar Medicinal duplex, cabinado acusticamente de capacidade mínima de 150 m³/h e com central reserva para cilindros de ar medicinal com autonomia	01 unid.	12 meses.

[Assinatura]



Comissão	Fis.: 111
Permanente	Rubrica: 111
de	
Licitação	
Processo Nº	

	de 8h ininterrupta, com manutenção do equipamento e reposição de peças e assistência técnica 24 horas 07 dias na semana. Locação de Sistema de Vácuo Clínico Medicinal duplex, cabinado acusticamente, capacidade para 150 m ³ /h, com manutenção do equipamento, reposição de peças e assistência		
06	Hospital São José - Locação de Sistema de Ar Medicinal duplex, cabinado acusticamente de capacidade mínima de 50 m ³ /h e com central reserva para cilindros de ar medicinal com autonomia de 8h ininterrupta, com manutenção do equipamento e reposição de peças e assistência técnica 24 horas 07 dias na semana. Locação de Sistema de Vácuo Clínico Medicinal duplex, cabinado acusticamente, capacidade para 70 m ³ /h, com manutenção do equipamento, reposição de peças e assistência	01 unid.	12 meses.
07	Oxigênio Líquido Medicinal	65.000 m ³	780.000 m ³
08	Manutenção Corretiva e Preventiva da rede de gases medicinais (Oxigênio, Ar comprimido medicinal e Vácuo clínico), com reposição de peças, materiais das redes de gases medicinais, incluindo todos os acessórios medicinais tais como: vacuômetro, fluxômetro, válvulas reguladoras e etc., ferramental e mão de obra especializada, possibilitando a total e plena utilização da rede de gases medicinais nas Unidades Hospitalares da Fundação Municipal de Saúde	01 unid.	12 meses

4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

TANQUE CRIOGÊNICO PARA OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL

- A contratada deverá proceder a INSTALAÇÃO de 03 (três) tanques criogênicos novos para oxigênio líquido, sendo 3 (três) tanques Criogênicos sendo compatível com a demanda das Unidades Hospitalares, cito HFM, HSJ e HGG. O Prazo para a instalação será de 30 dias após a assinatura do contrato;
- Deverá ser instalado no Hospital Ferreira Machado, Hospital Geral de Guarús e no Hospital São José, um painel de alarme que monitore os tanques, indicando qualquer evento que venha a ocorrer por falha mecânica ou por falta de produto. Que funcione da seguinte maneira:
 - a) Caso haja alguma falha no tanque de oxigênio principal e pare o fornecimento de gás, o tanque ou cilindro (no caso do HSJ) de backup entra automático, por diferença de pressão. Exemplo: o tanque trabalha com aproximadamente 10 kgf/cm², no painel de fluxo a pressão é regulada para trabalhar com 6 kgf/cm² e neste momento



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 112
Processo nº	Rubrica:

a tanque ou cilindro (no caso do HSJ) de backup entra por diferença de pressão. O painel de alarme será acionado e indicará "Consumindo Reserva";

b) Deve-se regular o indicador de nível do tanque com aproximadamente 30% da capacidade total. Neste caso, é acionado um alarme que indicará "Nível baixo de tanque", caso o tanque fique com nível abaixo dos 30% de sua capacidade;

c) Caso não seja resolvido o problema do tanque principal, o tanque ou cilindro (no caso do HSJ) de backup poderá chegar ao fim, mas antes há um alarme "indicador de baixo nível de Oxigênio" avisando ao hospital.

d) Caso haja alguma falha nos diafragmas dos reguladores e a pressão da tubulação do hospital começa a se igualar com a pressão do tanque, deve soar um alarme indicando "pressão alta na linha".

e) Caso não sejam resolvidos os problemas acima mencionados irá soar o ultimo alarme que é "Pressão baixa na linha";

- Qualquer evento que haja, deve ser gravado na memória do painel de alarme do Hospital para a verificação dos eventos ocorridos;

- Instalação da telemetria que é um equipamento que monitora o tanque constantemente e é possível otimizar as entregas de produtos e principalmente monitorar o regime de consumo do Hospital, prevendo qualquer anomalia;

a) A FMS deverá ter acesso a todas informações da telemetria, através de relatórios mensais que deverão ser encaminhados aos fiscais de contrato.

- Os equipamentos acima descritos serão fornecidos na locação do tanque criogênico, não cabendo ônus de instalação, manutenção e adequação (obra civil) por parte da Fundação Municipal de Saúde;

- A Contratada deverá proceder a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos em questão, bem como fornecer as dimensões internas dos tanques e tabela de conversão relacionando a pressão diferencial com volume contido no tanque (metros cúbicos de Oxigênio, NTP), não cabendo nenhum ônus a FMS;

- Toda ocorrência deverá ser atendida pela contratada em até 4h após abertura do chamado pela contratante, inclusive sábados, domingos e feriados.

- DO DIMENSIONAMENTO DOS TANQUES CRIOGÊNICOS:

a) A capacidade do tanque criogênico, bem como a quantidade de fornecimento do Oxigênio Líquido deve ser dimensionada levando-se em consideração o fator de utilização previsto e a frequência estabelecida para seu fornecimento, devendo ser de no mínimo igual ao consumo normal de 5 (cinco) dias, a não ser nos casos de fornecimento comprovado mais frequente ou mais dilatado (conforme RDC 50 da ANVISA).

O OXIGÊNIO LÍQUIDO a ser fornecido deve ter as seguintes especificações técnicas, quanto as suas características devendo as mesmas ser rigorosamente atendidas:

Oxigênio Medicinal Liquefeito:

- grau de pureza mínimo de 99,5%

- símbolo: O2

- características físico-químicas:

* inodoro;



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 113
	Subscrição: 120
Processo Nº	

* insípido;

* não-inflamável

* comburente peso molecular = 31,9988

- produto sem efeito toxicológico.

Armazenamento: Os gases medicinais liquefeitos fornecidos devem ser armazenados nos tanques criogênicos, segundo a Resolução RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 da ANVISA e NBR's vigentes, referentes aos serviços.

SISTEMA DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL

- O Sistema de Ar Comprimido Medicinal deverá atender a Resolução - RDC n.º 50 ANVISA/MS, complementada pela Resolução RDC n.º 307 de 14 de novembro de 2002 e ABNT - NBR 12.188.

- Deverá ser do tipo parafuso rotativo ou de palhetas.

- Deverá conter, no mínimo, um compressor principal e um de reserva com capacidade equivalente ao primeiro. Cada compressor deve ter capacidade de 100% do consumo máximo provável com possibilidade de funcionar automaticamente ou manualmente, de forma alternada. Pressupõe a existência de suprimento de energia elétrica de emergência.

- A sucção dos compressores de ar medicinal deve estar localizada do lado de fora da edificação, captando ar atmosférico livre de qualquer contaminação proveniente de sistemas de exaustão, tais como fornos, motores de combustão, descargas de vácuo hospitalar, remoção de resíduos sólidos, etc.

- O ponto de captação de ar deve estar localizado a uma distância mínima de 3,0m de qualquer porta, janela, entrada de edificação ou outro ponto de acesso. O ponto de captação de ar deve também estar localizado a uma distância mínima de 16,0m de qualquer exaustão de ventilação, descarga de bomba de vácuo ou exaustão de banheiro, mantendo ainda uma distância de 6,0m acima do solo. A extremidade do local de entrada de ar deve ser protegida por tela e voltada para baixo. Um dispositivo automático deve ser instalado de forma a evitar reverso através dos compressores fora de serviço.

- O ar comprimido é utilizado em várias áreas do hospital/pronto atendimentos e transportado através de rede de distribuição.

- A central de suprimento com compressores de ar deve possuir filtros ou dispositivos de purificação, ou ambos quando necessário, para produzir o ar medicinal com os seguintes limites máximos poluentes toleráveis:

- N₂: Balanço;
- O₂: 19,5 a 23,5 % v/v de Oxigênio;
- CO: 5 ppm máximo;
- CO₂: 500 ppm máximo;
- SO₂: 1 ppm máximo;
- NO₂: 2 ppm máximo;
- óleos e partículas sólidas: 0,1 mg/m³ máximo; e,
- Vapor de água: 67 ppm máx. (Ponto de orvalho: - 45,5 °C, referido a pressão atmosférica).



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 119
Processo Nº	Rubrica: m

PRINCIPAIS COMPONENTES DO SISTEMA:

- a) Compressores de Ar Comprimido Medicinal (Principal e Reserva com a mesma capacidade).
- b) 02 Compressores Tipo parafuso rotativo ou palhetas, Pressão de trabalho de 125 psi, Tensão 220V trifásica, frequência 60Hz.
- c) Secador de ar comprimido por Adsorção: Compatível com o porte do sistema. Tipo: Adsorção; Ponto do orvalho: - 45,5 °C
- d) Filtros diversos:
Pré-filtros coalescentes de alta eficiência para remoção de óleo, reduzindo o nível de umidade e partículas até 0,001micron (conteúdo remanescente de óleo de 0,01mg/m3 máximo);
Filtro bacteriológico, em PVDF hidrofóbico 0,22 m de poro;
Pós-filtro coalescente e carvão ativado com retenção de partículas de até 0,01 micron e remanescente de óleo de 0,003 mg/m3.
- e) Sistema de purificação: Sistema de catalisação capaz de eliminar contaminantes, principalmente CO, garantindo a produção de ar medicinal com as características acima estabelecidas.
- f) Reservatório de ar comprimido medicinal: Pulmão de ar comprimido em aço, pressão de teste 15 bar, válvula de segurança calibrada para 12bar, com volume mínimo de 500 l.
- g) Quadro de regulação e redução de pressão em by-pass: Pressão de entrada de 7 bar, pressão de saída de 6 bar, compostos de dois reguladores em by pass.
- h) Painelelétrico: Alarme sonoro e visual da pressão na rede que sinalize pressão inadequada, conforme norma reguladora;
- i) **Central de backup:** Cada local de abastecimento onde haverá instalação de Sistema de Ar Medicinal deverá possuir Central Reserva para uso imediato e automático em substituição ao suprimento principal, quando necessário, devendo ser dimensionada para atender, no mínimo, 12 (doze) horas de consumo, sendo esta, de propriedade e responsabilidade da Contratada.

SISTEMA VACUO CLÍNICO MEDICINAL

- O Sistema de vácuo clínico medicinal deverá atender a Resolução RDC n.º. 50 ANVISA/MS, complementada pela Resolução RDC n.º. 307 de 14 de novembro de 2002 e ABNT - NBR 12.188;
- Deverá ser composto por sistema duplicado para facilitar intervenções sem que haja interrupções no fornecimento de vácuo e dotado de filtros bacteriológicos com capacidade para remoção de partículas maiores que 0,1µm, para eliminar a contaminação do ar por bactérias;
- O Sistema deverá contar com duas unidades geradoras de vácuo do tipo rotativo de engrenagem, estágio simples, refrigeradas a ar, podendo trabalhar de forma simultânea ou alternada, sendo que cada unidade deverá atender ao consumo máximo provável a um vácuo operacional de 690mmHg.
- O Sistema que for instalado em ambiente externo deve ser entregue em skid de alumínio revestido internamente para tratamento acústico.



- **PRINCIPAIS COMPONENTES DO SISTEMA:**

a) Pulmão para vácuo: com reservatório cilíndrico de 500 litros vertical em aço carbono, dotado de drenos, válvulas esfera e de retenção, vacuômetros e vacuostatos, tubos e conexões.

- Elétrica e Automação incorporado nos Equipamentos.
- Sistema duplo com by-pass.
- Consumo zero de água.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL E SISTEMA DE VACUO CLINICO MEDICINAL

- Todos os Equipamentos locados deverão ser novos.
- Assistência Técnica 24h/dia - 07 dias por semana, garantida em Contrato, durante sua vigência.
- Execução: Duplex.
- Todas as Instalações acima propostas deverão atender na íntegra as Normas RDC 50

Deverá ter uma central de monitoramento dentro do setor de Manutenção da Unidade a ser instalada.

Manutenção Preventiva e Corretiva de toda a rede de gases medicinais das unidades hospitalares pertencentes à Fundação Municipal de Saúde.

- A empresa deverá fazer a manutenção corretiva, desobstrução e a descontaminação da rede de vácuo Clínico das unidades hospitalares da Fundação Municipal de Saúde;
- A empresa deverá fazer a manutenção corretiva, desobstrução e a descontaminação da rede de oxigênio Medicinal das unidades hospitalares da Fundação Municipal de Saúde;
- A empresa deverá fazer a manutenção corretiva, desobstrução e a descontaminação da rede de ar comprimido Medicinal das unidades hospitalares da Fundação Municipal de Saúde;
- A empresa deverá realizar a troca dos orings e niples que causam vazamento da rede de gases medicinais sendo da rede de Oxigênio Medicinal, Ar Comprimido Medicinal e Vácuo Clínico;
- A empresa deverá fornecer todos os acessórios medicinais tais como: fluxômetros, vacuômetros, válvulas reguladoras, aspirador de rede, tomada tripla, tomada dupla e rabicho, possibilitando total e plena utilização da rede de gases medicinais;
- Instalação de tampa de acabamento para pontos de gases (Posto de Parede Interno);
- Instalação de painéis de alarmes da rede Oxigênio Medicinal, Ar Comprimido Medicinal e Vácuo Clínico;
- Instalação de tubos de cobre de 35mm, quando houver necessidade;
- Instalação de conexões e registros;
- Pintura da rede, conforme Normas;
- Interligação da rede nova com a rede existente;
- Limpeza com nitrogênio na rede das Unidades de Terapia Intensiva dos Hospitais da Fundação Municipal de Saúde.
- Teste Estanqueidade na rede, quando solicitado pela FMS;

- Retirada de entulhos;
- Limpeza da área.
- Treinamento e capacitação para os funcionários do setor de manutenção deverão ser realizados no Hospital Ferreira Machado

5. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06 E LEI MUNICIPAL N.º 8.768/17

Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual no âmbito das licitações públicas, normativa está interposta pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 52 a 56 da Lei Municipal nº 8.768/2017, consideramos oportuno estabelecer o seguinte: A Fundação Municipal de Saúde, no exercício de suas funções, vem demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos dispositivos legais acima referenciados, podem ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável da licitação de acordo com a conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 57 da Lei Municipal nº 8.768/2017, cujos quais transcrevemos abaixo, respectivamente:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;(...)

Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;(...)

O que se observa, é que a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Municipal nº 8.768/17 visam ampliar a participação das ME/EPP no campo licitatório, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público, principalmente em licitações de grande vulto. Desta forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame, tais como: competitividade; economicidade e eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração", de acordo com o exposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Portanto justifica-se a NÃO REALIZAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E DE COTAS RESERVADAS neste processo de licitação visto que tal prerrogativa, no caso em questão, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, visto que neste segmento empresas tradicionais que oferecem os mesmos no mercado, em sua maioria, não são ME/EPP's.

6. DA PROPOSTA

6.1. As empresas deverão apresentar junto da proposta os seguintes documentos, **sob pena de desclassificação da proposta:**

6.1.1. Comprovação do registro definitivo do equipamento e oxigênio junto a ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano) ou a isenção da mesma.

6.1.2. Autorização de Funcionamento do FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E OXIGÊNIO, expedida pela ANVISA ou órgão competente do país de origem das mesmas.



6.1.3. Em se tratando de equipamento importado deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento da EMPRESA IMPORTADORA do equipamento, aquela que detém o registro do equipamento junto à ANVISA.

6.2. DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGOS – PARA OS ITENS 1, 2, 3, 4, 5 e 6:

6.2.1. A(s) licitante(s) deverá(o), "obrigatoriamente", sob pena de desclassificação, anexar, junto à proposta: Prospecto/Manual Técnico e/ou Catálogo e/ou Folder do produto contendo todas as especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência, em conformidade com as especificações exigidas por este Termo;

6.2.2. Os Prospectos/Manual Técnico e/ou Catálogos e/ou Folders deverão ser apresentados de forma nítida e legível, em língua portuguesa (ou traduzido para o português) sem rasuras ou emendas, contendo todas as características, com ilustrações, peso, marca e especificações técnicas;

6.2.3. A avaliação dos prospectos e/ou catálogo, tem por finalidade verificar a conformidade da especificação técnica dos itens prevista neste termo, e será procedida por equipe técnica da Fundação Municipal de Saúde.

6.3. Declaração do expedidor, que acompanhe ou componha o documento de transporte para produtos perigosos, sendo emitida pelo expedidor, declarando de que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento, transbordo e transporte e que atende à regulamentação em vigor

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 - Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, 50% do total global, igual ou semelhante ao indicado no objeto deste Termo de Referência. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, devidamente assinada, carimbada e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto deste Termo de Referência.

7.1.1 – para a demonstração da capacidade técnica da licitante será admitida a comprovação através do somatório de atestado distintos, desde que executados concomitantemente;

7.2 - Comprovação da licitante de possuir em seu quadro, profissional de nível superior (Engenheiro), vinculado por meio de CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços, devidamente reconhecido pela entidade competente e que seja detentor de ART - Atestado de Responsabilidade Técnica - por execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado.

7.3 - Certidão de registro da empresa e dos responsáveis técnicos pela instalação e manutenção dos equipamentos locados, legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, onde for sediada a empresa, conforme RDC nº. 189/03.

7.5. – A empresa licitante deverá apresentar Certificado de Anotação de Função Técnica - CAFT, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia ou Conselho Regional Química, com a indicação do responsável técnico, com validade prevista em lei, em razão do fornecimento de oxigênio líquido medicinal.

7.6. - Caso o participante da licitação seja Distribuidor de gases medicinais, deverá apresentar AFE pertinente à empresa fabricante/embaladora, acompanhada do contrato vigente de fornecimento de gases medicinais.

7.7. - Apresentação do DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA emitido pelo Setor de Engenharia da FMS OU DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA das empresas que se recusaram a realizar a visita.

7.8. - Licença Ambiental de Operações (sede da empresa): lei nº 6.938/81 e decreto estadual nº 44.820/2014; Caso a revalidação do Registro para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o Protocolo de revalidação, desde que tenha sido requerido até 180 (cento e oitenta) dias antes do término de sua vigência;



7.9. Licença de Operação para Transporte de Produtos Perigosos: Resolução nº 420, RDC 5232/2016 ANTT; Caso a revalidação do Registro para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o Protocolo de revalidação, desde que tenha sido requerido até 180 (cento e oitenta) dias antes do término de sua vigência;

7.10 - Alvará de funcionamento municipal compatível com os produtos licitados (comercialização de gases medicinais);

7.11 - Certificados de capacitação do veículo e dos equipamentos, expedido pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ou por entidade por ele credenciada;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. O abastecimento de gases medicinais será feito por intermédio de caminhão criogênico acompanhados dos certificados de análise do referido gás;

8.2. Todo serviço de fornecimento de Oxigênio Líquido será feito segundo as normas NBR e de acordo com as normas regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Legislação em Vigor;

8.3. Toda ocorrência deverá ser atendida pela contratada em até 4 (quatro) horas após abertura do chamado pela contratante, inclusive sábados, domingos e feriados.

8.4. Caberá à empresa contratada executar o serviço descrito no objeto deste Termo de Referência, em estrita observância às normas técnicas existentes;

8.5. Deverá cumprir os prazos estipulados para entrega dos serviços;

8.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência;

8.8. Manter, durante o prazo de validade da proposta, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.9. A contratada deverá dar treinamento aos funcionários da manutenção da FMS sem ônus a Contratante, este treinamento terá que ser feito 02 vezes ao ano com aviso por escrito ao setor de Manutenção informando data e hora para do treinamento;

8.10. É de total responsabilidade da Contratada a manutenção corretiva e preventiva, assim como procedimentos e manobras que por ventura forem necessários para garantir a continuidade dos serviços contratados;

8.11. Garantir o abastecimento ininterrupto do Oxigênio Líquido e do ar comprimido medicinal nas quantidades estabelecidas, respeitando o prazo de instalação do Sistema.

8.12. Contratada deverá fornecer no ato do abastecimento um certificado que garanta o grau de pureza do produto do certame (Oxigênio Líquido).

8.13. Em casos de impossibilidade de reparo dos equipamentos locados, providenciar imediatamente a troca do equipamento por outro similar sem nenhum ônus adicional à contratante.

8.14. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade.

8.15. Dispor de pessoal operacional qualificado para os serviços de transporte, carga e descarga, devendo os mesmos estar devidamente uniformizados e identificados por crachá;



- 8.16. Dispor de pessoal técnico qualificado para os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos locados, e eventuais equipamentos/materiais suplementares, devendo os mesmos estarem devidamente uniformizados e identificados por crachá;
- 8.17. As intervenções técnicas deverão ser executadas por técnicos especializados, instruídos e controlados pela empresa contratada e as grandes intervenções a presença do respectivo responsável técnico;
- 8.18. Obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho a toda a legislação vigente e, em especial, às determinações da Lei Federal 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além das normas e procedimentos internos da contratante, das normas de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho aplicáveis à execução específica da atividade, apresentando, quando solicitado, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras n.º 07 e 09, respectivamente da Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor.
- 8.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pela contratante provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI que garantam sua proteção.
- 8.20. Responder por danos causados diretamente a contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela contratante.
- 8.21. Possuir e fornecer todo o ferramental e a aparelhagem necessários à boa execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela contratante.
- 8.22. Instalar e conservar as placas de advertência de riscos e de situações de emergência bem como a sinalização de operação de carga e descarga;
- 8.23. Responsabilizar-se por todas as peças, componentes, materiais e acessórios a serem substituídos nos equipamentos locados (sem ônus adicionais);
- 8.24. Dar ciência imediata e por escrito a contratante sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 8.25. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou civis resultantes da execução do contrato.
- 8.26. Fornecer treinamento e orientações aos servidores da contratante.
- 8.27. Deverá ficar à disposição da CONTRATANTE, no primeiro dia da vigência do Contrato, telefone de contato atualizado para que o CONTRATANTE possa efetuar as chamadas para as manutenções emergenciais;

8.28. A contratada deverá possuir instalações, equipamentos e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (inc. II, art. 30 da lei 8.666/93).

8.29. A contratada deverá possuir estrutura de distribuição (de oxigênio líquido medicinal) em condições de atender solicitações de abastecimento de forma ininterrupta e sem prejuízo de funcionamento as unidades hospitalares.

8.30. A contratada deverá possuir registro no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recurso ambientais CTF/APP- do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis IBAMA.

8.31. A contratada deverá possuir ficha de informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) de todos os gases medicinais.

8.32. – A contratada deverá apresentar declaração do expedidor, que acompanhe ou componha o documento de transporte para produtos perigosos, sendo emitida pelo expedidor, declarando de que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento, transbordo e transporte e que atende à regulamentação em vigor;

8.33. A contratada deverá possuir documento comprobatório da qualificação do motorista, previsto em legislação de trânsito de que recebeu treinamento específico para transportar produtos perigosos.

8.34. A contratada deverá possuir ficha de emergência, para o caso de qualquer acidente e incidentes, contendo instruções fornecidas pelo expedidor conforme informações recebidas do fabricante ou importador do produto transportado, que explicitem de forma concisa.

8.35. A contratada deverá possuir um Técnico de Segurança do Trabalho vinculado por meio de CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços, para acompanhamento da execução dos serviços.

8.36. A contratada apresentar declaração, no que couber, de que atende as exigências da RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, complementada pela Resolução RDC nº. 307 de 14 de novembro de 2002, e ABNT - NBR 12.188, em relação ao fornecimento, armazenagem e instalações dos gases medicinais e equipamentos.

8.37. INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

a) Instalar, e montar os tanques criogênicos e os sistemas de ar comprimido medicinal e vácuo clínico com manutenção técnica dos mesmos.

b) Inspeccionar antecipadamente o local dos serviços a fim de levantar as condições atuais.

c) É de responsabilidade da Contratada, mediante programação antecipada e em comum acordo com o corpo técnico da FMS, providenciar:

- Projeto completo, incluindo desenhos da situação das instalações, contendo informações sobre localização dos equipamentos, instalações elétricas e demais instalações existentes no local de transferência dos equipamentos.
- Recolhimento de ART junto ao CREA dos serviços realizados.

24
Comissão
Permanente
de
Licitação
Rubrica: 121

- Interligação de todos os equipamentos descritos às redes de distribuição existentes, sendo que a interligação deverá ser realizada em trecho de tubulação cujo diâmetro seja suficiente ao perfeito suprimento dos gases, mantendo as capacidades de fluxo e vazão atuais.
 - Teste de pressão e estanqueidade do sistema, observando aspectos de segurança necessários.
 - Partida dos sistemas.
 - Garantia permanente dos serviços executados (mão de obra e peças).
 - Treinamento junto ao pessoal da Contratante que irá operar os equipamentos.
 - Limpeza da rede de gases quando se fizer necessário para o bom funcionamento dos equipamentos e melhor atendimento das demandas da Contratada.
- d) A empresa vencedora deverá atender a todas as medidas de segurança necessárias à instalação dos equipamentos bem como as normas vigentes quanto à localização e condições do ambiente da instalação de tais equipamentos (RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA).
- e) Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico, devidamente registrado no CREA.
- f) Todos os equipamentos e ferramentas necessários à instalação dos equipamentos deverão ser disponibilizados pela Contratada e a instalação deverá ser realizada por meio de profissionais técnicos qualificados.
- g) Os equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados e será de responsabilidade da contratada sem ônus para FMS toda a movimentação vertical e horizontal até o ponto indicado pela FMS.
- h) A contratada deverá fornecer e manter durante a instalação dos tanques uma central de "beck up", que deverá suprir a demanda dos Hospitais em questão até o termino da operação
- i) A contratada deverá manter contato permanente com a Direção da FMS assim como o setor de engenharia da FMS durante a logística de operação da substituição dos equipamentos, assim como deverá manter contado com prévio com as atuais prestadoras de serviços.

8.38. MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- a) A Manutenção Técnica Preventiva contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, com o objetivo de diminuir as possibilidades de paralisação, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e testes, dentre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos.
- b) A Manutenção Técnica Preventiva contempla os serviços de reparo com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos por meio do diagnóstico do defeito apresentado, bem como, da correção de anormalidades, da realização de testes e calibrações que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento mesmo às condições normais de funcionamento.
- c) Juntamente com a instalação dos equipamentos a CONTRATADA deverá entregar cronograma detalhado das atividades de manutenção preventiva para aprovação da CONTRATANTE.



- d) As manutenções técnicas preventivas deverão ser efetuadas, sem nenhum ônus para a Contratante, em data e horário previamente estabelecidos, de comum acordo, de modo que não interfiram nas atividades de funcionamento da Unidade.
- e) Para os sistemas de ar medicinal deverão estar previstas coletas e análise de amostras de ar comprovando a ausência de microorganismos patogênicos, com periodicidade mínima semestral e em 1 ponto distinto a ser estabelecido pelo Hospital/Pronto Atendimento, que deverá ser encaminhado seu resultado ao fiscalizador do contrato para ciência.
- f) As chamadas de manutenção técnica corretiva deverão ser atendidas no prazo máximo de 5 (cinco) horas, contados a partir da comunicação feita pelo hospital/pronto atendimentos, por escrito ou telefone, devendo ser anotado o dia, a hora e o nome da pessoa que recebeu a comunicação. O serviço de manutenção corretiva deverá estar à disposição 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados.
- g) Durante as manutenções os técnicos deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da empresa contratada providenciar tais dispositivos.
- h) Qualquer procedimento de manutenção no Tanque Criogênico ou no Sistema de Ar Comprimido Medicinal não poderá interromper o suprimento oxigênio e de ar comprimido à Unidade; desta forma, a contratada deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupção.
- i) Os profissionais envolvidos na manutenção devem ser devidamente qualificados, com registro atualizado no CREA. A cada visita, tanto preventiva como corretiva os técnicos deverão se reportar ao hospital, os quais emitirão relatórios minuciosos dos serviços realizados. Os relatórios deverão conter nomes e assinaturas dos técnicos da empresa vencedora que executaram os trabalhos bem como o dos responsáveis pela manutenção do hospital/pronto atendimentos que deverão acompanhar tais serviços;
- j) Responsabilizar-se-á integralmente, nos termos da legislação vigente, pela locação do Tanque Criogênico e locação dos equipamentos dos Sistemas de Ar Comprimido Medicinal e Vácuo Clínico, bem como, pela manutenção preventiva e corretiva de tais equipamentos;
- l) Fornecer, sempre que solicitado, o Certificado de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela instalação e manutenção do tanque criogênico e dos sistemas de ar comprimido medicinal e vácuo e as anotações de responsabilidade técnica exigidas pelo CREA;
- m) Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do órgão e respeitando suas normas de conduta;
- n) Realizar a manutenção corretiva de qualquer equipamento de sua propriedade, inclusive com o fornecimento e troca imediata das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, sem restrição ou limitação de chamadas, horário ou total de horas e sem ônus adicionais à CONTRATANTE;
- o) Efetuar a aferição e calibração de equipamentos como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manômetros e reguladores sempre que necessário, sem ônus adicional ao contrato;
- p) Recolhimento de ART junto ao CREA dos serviços realizados.



- q) A contratada deverá se responsabilizar pela retirada dos equipamentos atualmente instalados e deverá comunicar ao setor de patrimônio da Fundação Municipal de Saúde, caso necessário e deverá fornecer sem ônus uma central reserva durante o período de manutenção.
- r) Transporte horizontal e vertical de todos os equipamentos, até o local da instalação dos mesmos.
- s) Interligação de todos os equipamentos descritos às redes de distribuição existentes, sendo que a interligação é realizada em trecho de tubulação cujo diâmetro seja suficiente ao perfeito suprimento dos gases, mantendo as capacidades de fluxo e vazão atuais. As tubulações serão executadas em tubo de cobre, sem costura, hidrolar, classe A, limpas e tratadas previamente para uso com oxigênio, conexões em cobre soldadas com solda prata 35%, pintadas nas cores padronizadas pela ABNT (NBR12188), fixadas com suportes de metal, confeccionados para esta finalidade, devidamente tratados e em intervalos definidos conforme norma ABNT NBR12188.
- t) Teste de pressão e estanqueidade do sistema, observando aspectos de segurança necessários.
- u) Garantia permanente durante 1 (um) ano das peças instaladas
- v) ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS:

SERVIÇO	PERIODICIDADE
Manutenção do Tanque Criogênico	
Verificação geral do sistema, incluindo instrumentação, executando as medidas corretivas no sistema, visando prevenir eventuais falhas.	Mensal
Limpeza	Trimestral
Aferição/calibração da instrumentação	Trimestral
Pintura e atualização da comunicação visual	Anual
Manutenção da Central de Reserva de Cilindro	
Verificação geral do sistema, incluindo instrumentação, executando as medidas corretivas no sistema, visando prevenir eventuais falhas.	Mensal
Limpeza	Trimestral
Aferição/calibração da instrumentação	Trimestral
Pintura e atualização da comunicação visual	Anual
Condições de operação	Semanal
Verificar estado de conservação	Semanal
Manutenção do Sistema de Ar Medicinal e Sistema de Vácuo Clínico	
Verificação geral do sistema, incluindo instrumentação, executando as medidas corretivas no sistema, visando prevenir eventuais falhas.	Mensal

Verificação de drenos	Mensal
Teste de funcionamento	Mensal
Verificação de filtros	Mensal
Limpeza	Trimestral
Aferição/calibração da instrumentação	Trimestral
Troca de filtros	Trimestral
Pintura e atualização da comunicação visual	Anual

8.39. A Manutenção Técnica Preventiva contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, com o objetivo de diminuir as possibilidades de paralisação, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração, testes e estoque mínimo e nacionalização de peças, dentre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos.

8.40. A Manutenção Técnica Corretiva contempla os serviços de reparos com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos por meio do diagnóstico do defeito apresentado, bem como, da correção de anormalidades, da realização de testes e calibrações que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento mesmo às condições normais de funcionamento.

- As chamadas de manutenção técnica corretiva serão atendidas no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da comunicação feita pelo hospital, por escrito ou telefone, estando este serviço disponível 24 horas por dia.
- Os profissionais envolvidos na manutenção devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da CONTRATADA, com registro atualizado no CREA.
- A cada visita, tanto preventiva como corretiva os técnicos deverão se reportar a CONTRATANTE os quais emitirão relatórios minuciosos dos serviços realizados.
- Os relatórios deverão conter nomes e assinaturas dos técnicos da CONTRATADA que executaram os trabalhos bem como o dos responsáveis da CONTRANTE que deverão acompanhar tais serviços

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

9.1. São obrigações da contratante, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:

- 9.1.1.** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do edital, de sua proposta e de acordo com as cláusulas contratuais;
- 9.1.2.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, na forma estabelecida no edital;
- 9.1.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 125
	Rubrica: 125
Processo Nº	

- 9.1.4. Indicar os locais e horários em que deverá ser executado o serviço;
- 9.1.5. Permitir ao pessoal DA CONTRATADA acesso ao local da execução do serviço, observadas as normas de segurança;
- 9.1.6. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 9.1.7. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ocorrida quando da prestação dos serviços;
- 9.1.8. Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- 9.1.9. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.
- 9.1.10. Entregar à empresa, quando do início da prestação dos serviços, as áreas, instalações gerais indispensáveis à execução de suas atividades.

10. PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

10.1. A CONTRATADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato para implantação/execução dos serviços contratados.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

11.1. O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente a ordem de serviços de execução, e terá duração de 12 (doze) meses.

11.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da Controladoria e Procuradoria Geral do Município de Campos dos Goytacazes - RJ.

11.2.1. Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas às formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

11.3. O Contrato celebrado entre as partes poderá sofrer alterações nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 126
	Rubrica: <i>ka</i>
Processo Nº 29	

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O critério de julgamento utilizado será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

13. DA VISITA TÉCNICA:

13.1. As licitantes, facultativamente, poderão realizar visita técnica, a qual será agendada previamente em horário comercial tão logo seja publicado o "Aviso de Licitação" no Diário Oficial do Município e será realizada até 01 (um) dia antes da licitação, através do seguinte telefone: (22) 9817.51644 (Superintendência da Fundação Municipal de Saúde).

13.2. Visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução dos serviços de fornecimento de Oxigênio Líquido, Locação de equipamentos e manutenção preventiva e corretiva de todas unidades hospitalares pertencentes a FMS deverá ser feita por responsável técnico indicado expressamente pela empresa, munido de documentação que comprove essa condição e mediante documento de identidade, sob a supervisão de servidor público da FMS, designado para essa finalidade;

13.3. A licitante que realizar a visita técnica receberá uma DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA, emitido por servidor da FMS, a qual deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, podendo ser aceito declaração do representante legal informando conhecimento e condições do local a ser instalado (Anexo I).

13.4. A visita Técnica terá por finalidade o conhecimento prévio das condições dos locais onde ocorrerá a execução do objeto, conferindo as condições de funcionamento e quantidade dos pontos de gases em todas as unidades hospitalares da FMS e quantidade necessária de acessórios medicinais para a plena utilização da rede de gases.

13.5. Em caso de ausência da visita técnica, o licitante deverá formalizar Declaração de Não Realização de Visita Técnica prestando ciência da total responsabilidade e conhecimento das condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visita antecipada; (Anexo II)

13.6. A tolerância de espera para do licitante para realização da visita será de até 15 minutos após o horário marcado;

13.7. Se por qualquer razão, após a visita, a data do certame for adiada, haverá nova visita. Porém, o atestado já emitido na visita anterior não perderá a sua validade, de forma a não onerar as empresas que já prestaram a visita, a não ser que haja mudança técnicas ou locais da prestação dos serviços.

13.8. Não serão aceitas reclamações posteriores (bem como pleito de aditivos contratuais) sob alegação de desconhecimento das condições de execução do objeto. Todas as ocorrências pertinentes aos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de responsabilidade da Contratada.



Processo Nº	127
Rubrica:	30

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre os serviços, a Gestão de Contratos da Fundação Municipal de Saúde, em conjunto com o Setor de Farmácia e Direção Administrativa de cada Unidade desta Fundação, diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste projeto, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis.

14.2. Os fiscais do contrato, deverão ter acesso irrestrito as informações dos dispositivos de telemetrias de todos os tanques locados, assim como a tabela nival de conversão das unidades de medida do tanque.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado, 30 dias após a execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal/fatura discriminativa em duas vias correspondente ao adimplemento de cada parcela do serviço efetivamente concluída. O pagamento será efetuado, através de ordem bancária para o Banco do Brasil, devendo para isto a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

15.2. O pagamento só será efetuado, mediante apresentação, junto com a nota fiscal/fatura discriminativa, de cópia (que ficará retida), dos comprovantes de recolhimentos dos impostos e contribuições do mês anterior, bem como das certidões estabelecidas no art. 29 da Lei 8.666/93 e Relatórios mensais da telemetria;

15.3. O recolhimento de impostos e contribuições municipais, por determinação da Secretaria Municipal de Fazenda, será realizado pelo contratante, no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida. Devendo a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura apresentar, na mesma, a alíquota e o valor a ser recolhido.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da Categoria Econômica do Orçamento vigente:

- Programa de trabalho: 10.122.0095.2388
- Natureza da Despesa: 339030 / 339039
- Fontes de Recursos: 100/122/133/144/145/166/210/214

17. DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- Hospital Ferreira Machado - Rua Rocha Leão, 02, caju, Campos dos Goytacazes - RJ, CEP 28051-170.
- Hospital Geral de Guarus - Av. Senador José Carlos Pereira Pinto, 400, Campos dos Goytacazes- RJ, CEP: 28081-420.
- Hospital de São José – Av. Deputado Alair Ferreira, 200, Goitacazes, Campos dos Goitacazes-RJ



18. DO FORO

18.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.



Campos dos Goytacazes, 05 de janeiro de 2023.

[assinatura]

Rodrigo Primo Sousa

Diretor de Farmácia Central da FMS

Mat.: 26418

[assinatura]
Raphael Bechara de Araújo

Raphael Bechara de Araújo
Engenharia da FMS
Matr.: 28.762

Diretor de Engenharia da FMS

Mat.: 28762



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A Fundação Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes vem por meio deste Atestado de Vistoria, declarar que a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ enviou as dependências das unidades de saúde pertencentes a rede pública municipal de saúde, profissional responsável para vistoriar e obter ciência das condições para a prestação dos serviços e das informações que possuem vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, e neste ato declaram que:

- Estão cientes de todas as condições relativos à execução do serviço licitado; e
- A execução do serviço objeto da presente licitação será realizada em conformidade com o discriminado no Edital e seus anexos e demais normas pertinentes,

Campos dos Goytacazes/RJ, ____ de ____ de ____.

De acordo:

Assinatura

Fundação Municipal de Saúde

Assinatura

Responsável Técnico da Licitante

Nome Completo:	
Documento de Identificação:	



Edição Permanente de Licitação	Fls.: 130
Processo Nº 33	Rubrica: [assinatura]

ANEXO II

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

A empresa _____ CNPJ _____, **DECLARA** para os fins do Processo Licitatório n.º _____ modalidade Pregão n.º _____ que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

Campos dos Goytacazes/RJ, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa